

A IMPLANTAÇÃO DA GOVERNANÇA COORPORATIVA NA SOCIEDADE ANÔNIMA COM A FINALIDADE DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS, DIGNIDADE DO TRABALHADORES E DA COMUNIDADE

Mônica Maria de França

Mestre em Direito pela Universidade Iguaçu (UNIG), Rio de Janeiro, Brasil
Professora do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM), Rio de Janeiro, Brasil
monicamilena@ig.com.br

RESUMO

O tema governança corporativa passou a ser conhecido mundialmente em razão dos grandes escândalos financeiros, envolvendo diversas corporações nos Estados Unidos (EUA), que causaram sérios prejuízos ao mercado financeiro e despertaram a atenção da sociedade em geral para a relevância desse assunto. No Brasil a governança corporativa foi implantada com a finalidade de trazer maior segurança aos investidores. Em 1995 foi criado o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. A Bovespa, na tentativa de incentivar os investimentos no mercado de capitais, criou o novo mercado e níveis diferentes de práticas de governança corporativa. A Lei nº 6.404/76 em seu artigo 116, parágrafo único, inseriu nas sociedades anônimas a prática da governança corporativa determinando que o acionista controlador seja responsável pelos acionistas minoritários, trabalhadores da companhia e com a comunidade. A prática da governança corporativa traz maior confiabilidade no mercado de capitais.

Palavras-chave: Governança corporativa. Mercado de capitais. Sociedade anônima.

IMPLEMENTATION OF CORPORATE GOVERNANCE IN ANONYMOUS SOCIETY FOR THE PURPOSE OF MINORITY SHAREHOLDERS RIGHTS PROTECTION, WORKERS AND THE COMMONWEALTH OF DIGNITY

ABSTRACT

The theme of corporate governance has become known worldwide because of the great financial scandals involving several corporations in the United States (USA), causing extensive damage to the financial market and attracted the attention of society at large to the importance of this subject. Corporate Governance in Brazil was deployed in order to bring greater security to investors. In 1995, the Brazilian Institute of Corporate Governance was created. The Bovespa in an attempt to encourage investment in the capital market, created new market and different levels of corporate governance practices. Law no. 6.404/76 in its article 116, sole paragraph inserted in the anonymous society

the practice of corporate governance determining that the controlling shareholder is responsible for minority shareholders, workers of the company and the community. The practice of corporate governance brings greater reliability in the capital market.

Keywords: Corporate governance. Capital market. Corporation.

1 INTRODUÇÃO

O tema governança corporativa passou a ser conhecido mundialmente em razão dos grandes escândalos financeiros, envolvendo diversas corporações nos Estados Unidos (EUA), que causaram sérios prejuízos ao mercado financeiro e despertaram a atenção da sociedade em geral para a relevância desse assunto.

Para as companhias é essencial a prática da governança corporativa, pois garante que elas tenham uma maior credibilidade dentro do mercado de capitais, causando também reflexo no valor de suas ações.

O estudo da governança corporativa trata do conjunto de instrumentos de natureza pública e privada, que incluem leis, normativos expedidos por órgãos reguladores, regulamentos internos das companhias e práticas comerciais que organizam e comandam a relação, numa economia de mercado, entre os controladores e administradores de uma empresa, de um lado, e aqueles que nela investem recursos através da compra de valores mobiliários por ela emitidos como, entre outros, os acionistas minoritários, funcionário e a comunidade que encontra-se em torno do estabelecimento empresarial.

O movimento pela governança corporativa ganhou força em meados da década iniciada em 1980 nos EUA. Os grandes investidores institucionais passaram a se mobilizar contra algumas corporações que eram administradas de maneira irregular, em detrimento dos acionistas. Esse movimento foi se expandindo pelo mundo, chegando à Inglaterra, inicialmente, e depois se estendendo pelo restante da Europa, chegando ao Brasil na última década.

A discussão sobre governança corporativa surgiu para superar o chamado conflito de agência dos gestores, que é resultado da separação entre a propriedade e a gestão nas companhias. Esse conflito de interesses pode assumir características distintas em função da estrutura de propriedade das empresas.

Este artigo dedica uma análise ao tema da governança corporativa no Brasil, dentro da lei nº 6.404/76, procurando mostrar que a atividade empresarial, além de buscar a lucratividade com a exploração de sua atividade econômica, busca também ao atendimento dos interesses socialmente relevantes, buscando um equilíbrio da economia de mercado, consubstanciada pelo sistema capitalista, com a supremacia dos interesses sociais previstos na Constituição Federal.

2 GOVERNANÇA CORPORATIVA

Existem vários conceitos para governança corporativa. Para o ilustre Professor Arnold Wald, a terminologia correta é “governo das empresas”. Segundo o jurista:

[...] descabe caracterizar a sociedade anônima como corporação, tratando-se de anglicanismo condenável, não só por respeito à língua nacional como também pela associação de ideias que pode acarretar. Na língua portuguesa, corporação tem sentido de associação profissional, sendo inclusive uma reminiscência medieval... Acresce que os adjetivos corporativo e corporativista tem sentido pejorativo, dando ideia de prevalência de interesses de um grupo ou de uma classe. Ao contrário desta noção, o termo governança das empresas pretende denominar a renovação da entidade, atendendo aos interesses de todos aqueles que a integram ou com ela colaboram. (WALD, 2007, p. 16).

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a define como:

[...] um conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia ao proteger as partes interessadas, tais como investidores, empregador e credores, facilitando o acesso ao capital. (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2005, p. 21).

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) expõe a conceituação da governança corporativa da seguinte forma: De acordo com o instituto é uma forma de monitoramento da diretoria executiva. E afirma que por consequência uma utilização de boa governança corporativa capacita a participação efetiva da totalidade dos sócios além da equidade na relação entre eles, em geral (INSTITUTO BRASILEIRO DE

GOVERNANÇA CORPORATIVA, 2008). Assim, nas palavras do Instituto, tem-se a possibilidade de afirmar que:

Governança corporativa é o sistema que assegura aos sócios proprietários o governo estratégico da empresa e a efetiva monitoração da diretoria executiva. A relação entre propriedade e gestão se dá através do conselho de administração, a auditoria independente e o conselho fiscal, instrumentos fundamentais para o exercício do controle. A boa governança corporativa garante equidade aos sócios, transparência e responsabilidade pelos resultados (accountability). (INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, 2008, p. 40).

Diante de todos os conceitos definidos acima, não podemos negar que governança corporativa pelo conceito dos *stakeholders* se estende não só aos acionistas minoritários, mas em relação a outras pessoas que sofrem reflexos com a atividade desenvolvida pela empresa. Podemos citar os credores, que podem perder seus créditos se as atividades da companhia não forem bem sucedidas, mesmo que os credores possam pedir a falência¹ da sociedade, só receberão seus créditos se a devedora possuir bens para serem executados.

Sendo assim, o credor, que também é um investidor, por abrir mão de recursos, mesmo que temporariamente, em troca da aquisição de debêntures emitidas por uma companhia, também pode ser beneficiado pela política de governança corporativa dessa empresa, visto que é por meio dela que esses podem monitorar a atuação dos gestores da empresa em direção a viabilizar o futuro pagamento de seus empréstimos.

3 A IMPLATAÇÃO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL

No Brasil, a partir das privatizações e da abertura do mercado nacional nos anos 1990, o movimento por boas práticas mostrou-se mais dinâmico. Em 1995, foi criado o Instituto Brasileiro de Conselheiros de Administração (IBCA), que em 1999 passou a ser chamado de Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), com a finalidade de incentivar as companhias brasileiras

¹ Lei nº 11.101/2005 no art. 94 “Será decretada a falência do devedor que: I – sem relevante razão de direito, não paga, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a 40 (quarenta) salários-mínimos na data do pedido de falência”.

a adotar práticas transparentes em suas administrações. O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa lançou em 1999 o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa sendo atualizado em 2004.

No que diz respeito a estrutura do IBGC é de excelência qualidade e confiabilidade. O instituto visa ser um referencial no assunto da governança corporativa, sendo uma base para o desenvolvimento sustentável das empresas brasileiras e fortalecendo o vínculo entre todos os envolvidos tanto na gestão quanto externamente à empresa. O instituto estabelece alguns valores, dentre eles estão o proativismo, a diversidade e a independência. (IBGC, 2008). Dentre esses todos, deve estar presente a coerência com os aspectos da governança corporativa que são²:

Transparência: mais que a obrigação de informar, é o desejo de disponibilizar, para as partes interessadas, as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos; Equidade: respeito pelos direitos de todas as partes interessadas; Prestação de Contas (*accountability*): responsabilidade integral pelos atos praticados no exercício dos mandatos; Responsabilidade corporativa: zelar pela perenidade das organizações, incorporando considerações de ordem social e ambiental de longo prazo na definição dos negócios e operações (sustentabilidade empresarial). (INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, 2008, p. 16).

Com o passar do tempo, verificou-se que os investidores estavam dispostos a pagar valor maior por companhias que adotassem boas práticas de governança corporativa e que tais práticas não apenas favorecessem os interesses de seus proprietários, mas também a longevidade das atividades empresariais.

Na primeira década do século XXI, o tema governança corporativa tornou-se ainda mais relevante, a partir de escândalos corporativos envolvendo empresas norte-americanas como a Enron, a WorldCom e a Tyco, desencadeando discussões sobre a divulgação de demonstrações financeiras e o papel das empresas de auditoria. O congresso norte-americano, em resposta às fraudes ocorridas, aprovou a Lei Sarbanes-Oxley (SOx), com importantes definições sobre práticas de governança corporativa.

² INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código de melhores práticas de governança corporativa**. São Paulo: IBGS, 2008. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 28 set. 2014.

Deve ser ressaltado, também, que o próprio mercado americano nos dá exemplos que mostram que na análise das práticas de governança corporativa não há espaço para avaliações simplistas: duas das companhias americanas mais valorizadas pelo mercado e líderes incontestáveis em seus setores de atuação, a Microsoft e a Wal-Mart, possuem a figura do acionista controlador, ainda que seja na forma de controle minoritário.

Algumas iniciativas institucionais e governamentais foram implementadas nos últimos anos com o objetivo de assegurar a melhorias das práticas de governança corporativa das empresas brasileiras, das quais destacamos: a aprovação da Lei nº 10.303/01; a criação do Novo Mercado e dos Níveis 1 e 2 de governança corporativa pela Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa); e as novas regras de definição dos limites de aplicação dos recursos dos Fundos de Pensão.

A implantação da Governança Corporativa no Brasil tem como principal objetivo recuperar e garantir a confiabilidade das sociedades, criando um conjunto eficiente de mecanismos, tanto de incentivos como de monitoramento, a fim de assegurar que o comportamento dos executivos esteja sempre alinhado com o interesse dos acionistas.

A boa governança corporativa contribui para um desenvolvimento econômico sustentável, proporcionando melhorias no desempenho da atividade de empresa. Por estes motivos, torna-se tão importante ter acionista controlador em sintonia com os sistemas de governança corporativa de qualidade, evitando-se assim diversos fracassos empresariais como abusos de poder, erros e fraudes.

3 NOVO MERCADO CRIADO PELA BOVESPA

No final da década de 90 era evidente a crise pela qual passava o mercado de ações no país. A título de exemplo, o número de companhias listadas na Bovespa tinha caído de 550 em 1996 para 440 em 2001. O volume negociado após atingir US\$ 191 bilhões em 1997 recuara para US\$ 101 bilhões em 2000 e US\$ 65 bilhões em 2001. Além disso, muitas companhias fechavam o capital e poucas abriam.

Mediante a crise a Bovespa, com a intenção de reanimar o mercado, cria o Novo Mercado, com um segmento especial de listagem de ações de companhias

que se comprometam voluntariamente a adotar as boas práticas de governança corporativa. Numa necessária adaptação à realidade do mercado de ações brasileiro, são criados dois estágios intermediários: Níveis I e II, que juntos com o Novo Mercado estabelecem compromissos crescentes de adoção de melhores práticas de governança corporativa³.

No Novo Mercado, o valor das ações sofre a influência do grau de direitos que é cedido aos acionistas juntamente com a quantidade e qualidade das informações geradas ao público interessado. Ou seja, quanto maior o grau de direitos e informação em geral, maior valor terá a ação negociada pela companhia. Para que haja o ingresso de novas companhias é necessário todo um procedimento. A companhia terá que assinar o Contrato de Participação no Novo Mercado, celebrado entre, de um lado, a BM&FBOVESPA e, do outro, a companhia, os administradores e o acionista controlador. A adesão o implica no aumento dos direitos dos acionistas e melhora a qualidade de informação prestada pela companhia, dentre outras consequências, ou seja, aumenta a segurança para os investidores. Eis aqui uma relação de obrigações inerentes às companhias adeptas ao Novo Mercado:

- a) a empresa deve ter e emitir exclusivamente ações ordinárias, tendo todos os acionistas o direito de voto;
- b) em caso de venda do controle acionário, o comprador estenderá a oferta de compra a todos os demais acionistas, assegurando-se o mesmo tratamento dado ao controlador vendedor;
- c) em caso de fechamento de capital ou cancelamento do contrato do Novo Mercado, o controlador ou a companhia, conforme o caso, fará uma oferta pública de aquisição das ações em circulação, tendo por base, no mínimo, o valor econômico da companhia determinado por empresa especializada;
- d) a empresa especializada deve ser selecionada, em assembleia geral, a partir de uma lista tríplice indicada pelo Conselho de Administração. Não se computando os votos em branco, a escolha será feita por maioria de votos dos acionistas das ações em circulação presentes na assembleia que, se instalada em primeira convocação, deverá contar

³ Disponível em: <www.bmfbovespa.com.br>. Acesso em: 14 set. 2014.

- com a presença de, no mínimo, 20% do total das ações em circulação; ou, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número;
- e) o Conselho de Administração da companhia deve ser composto por, no mínimo, cinco membros, com mandato unificado de, no máximo, dois anos; e
 - f) a companhia não deve ter partes beneficiárias.

Outro conjunto importante de compromissos que as empresas listadas no Novo Mercado assumem perante os investidores refere-se ao fornecimento de informações que auxiliam na avaliação sobre o valor da companhia.

Podemos observar que a companhia que ingressa no Novo Mercado da BOVESPA tende a ter suas ações valorizadas, sobretudo devido aos grandiosos atrativos oferecidos ao público investidor, o que não ocorre naturalmente no mercado acionário comum, onde os atrativos para os investidores não são comparáveis. Não é à toa que a maioria dos estudiosos aponta para o lado da boa relação com investidor.

4 DIFERENTES NÍVEIS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA ENTRE AS COMPANHIAS

As Companhias Nível 1 se comprometem, principalmente, com melhorias na prestação de informações ao mercado e com a dispersão acionária. As principais práticas agrupadas no Nível 1⁴ são: manutenção em circulação de uma parcela mínima de ações, representando 25% do capital; realização de ofertas públicas de colocação de ações por meio de mecanismos que favoreçam a dispersão do capital; melhoria nas informações prestadas trimestralmente, entre as quais a exigência de consolidação e de revisão especial; prestação de informações sobre negociações de ativos e derivativos de emissão da companhia por parte de acionistas controladores ou administradores da empresa; divulgação de acordos de acionistas e programas de *stock options*; disponibilização de um calendário anual de eventos corporativos e apresentação das demonstrações do fluxo de caixa.

⁴ Disponível em: <www.bmfbovespa.com.br>. Acesso em: 14 set. 2014.

Para a classificação como Companhia Nível 2, além da aceitação das obrigações contidas no Nível 1, a empresa e seus controladores adotam um conjunto bem mais amplo de práticas de governança e de direitos adicionais para os acionistas minoritários. Resumidamente, os critérios de listagem de Companhias.

No Nível 2 podemos encontrar os seguintes paradigmas: conselho de Administração com mínimo de cinco membros e mandato unificado de um ano; disponibilização de balanço anual seguindo as normas do US GAAP ou IAS; extensão para todos os acionistas detentores de ações ordinárias das mesmas condições obtidas pelos controladores quando da venda do controle da companhia e de, no mínimo, 70% deste valor para os detentores de ações preferenciais; direito de voto às ações preferenciais em algumas matérias, como transformação, incorporação, cisão e fusão da companhia e aprovação de contratos entre a companhia e empresas do mesmo grupo; obrigatoriedade de realização de uma oferta de compra de todas as ações em circulação, pelo valor econômico, nas hipóteses de fechamento do capital ou cancelamento do registro de negociação neste Nível e adesão à Câmara de Arbitragem para resolução de conflitos societários.

5 A REFORMA DA SOCIEDADE ANÔNIMA E O SEU TRÍPLICE INTERESSE COM A ADOÇÃO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

A lei nº 6.404/76 deixa claro no parágrafo único do art. 116⁵ que a atividade da sociedade não é um mero instrumento de produção de lucros para satisfazer os seus investidores.

O artigo citado mostra que o acionista controlador, além de fazer com que a sociedade realize os seus objetivos e cumpra com sua função social, tem também a incumbência de cuidar dos interesses do acionistas, das pessoas que trabalham na sociedade e com a comunidade que encontra-se em torno da sociedade (BORBA, 2008, p. 151).

⁵ Art. 116 - Parágrafo único. O acionista controlador deve usar o poder com o fim de fazer a companhia realizar o seu objeto e cumprir sua função social, e tem deveres e responsabilidades para com os demais acionistas da empresa, os que nela trabalham e para com a comunidade em que atua, cujos direitos e interesses deve lealmente respeitar e atender.

O tríplice interesse determinando pela lei nº 6.404/76 mostra a inserção da governança corporativa na sociedade anônima, os três interesses devem ser alcançados juntos e de forma equilibrada pelo acionista controlador.

5.1 Responsabilidade com os acionistas

O acionista controlador tem o dever e responsabilidade de cuidar do interesses dos acionistas e respeitar os direitos essenciais e os demais direitos estabelecidos no estatuto e na lei da sociedade anônima.

A sociedade anônima possui dos perfis diferentes de acionistas. Existe o acionista empreendedor e o acionista investidor. O primeiro acionista conhece o estatuto da sociedade e entende a lei que rege a sociedade anônima, participando do conselho de administração, da diretoria e do conselho fiscal, tem interesse de exercer cargos na companhia, possui ações ordinárias que de acordo com o art. 110⁶ têm direito de voto, participa das assembleias da sociedade. Os acionistas investidores, em geral, adquirem ações com único e exclusivo interesse de investimento, se duvidar a maioria não entende a engrenagem da sociedade anônima, eles em geral não participam das atividades da sociedade, não estão presentes nas assembleias da sociedade, suas ações em geral são preferenciais sem direito de voto ou com voto restrito. Fica claro que os acionistas investidores adquirem a ações com a intenção única e exclusiva de investir e lucrar no mercado de capitais. Já os empreendedores têm o interesse de lucro e o interesse político dentro da companhia.

Independente do interesse dos acionistas é necessário considerar que os direitos essenciais de cada um deles deve ser devidamente respeitado pelo acionista controlador. Além do direito de participar dos lucros, existem outros direitos essenciais do acionista que são independentes do seu perfil; o art. 109 estabelece os seguintes interesses:

- I - participar dos lucros sociais;
- II - participar do acervo da companhia, em caso de liquidação;
- III - fiscalizar, na forma prevista nesta Lei, a gestão dos negócios sociais;
- IV - preferência para a subscrição de ações, partes beneficiárias conversíveis em ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observado o disposto nos artigos 171 e 172;

⁶ Art. 110. A cada ação ordinária corresponde 1 (um) voto nas deliberações da assembleia-geral.

V - retirar-se da sociedade nos casos previstos nesta Lei.
Os direitos essenciais não podem ser suprimidos pelo estatuto ou pela assembleia geral da companhia.

Aderência da sociedade anônima à governança corporativa trouxe maior confiabilidade dos investidores ao mercado de capitais. Com a governança corporativa a Bovespa criou o novo mercado que estabelece os níveis diferentes de atuação de governança corporativa. Cada nível, como mostramos, estabelece uma forma de atuação diferenciada, mas nos dois níveis estão presentes a transparência nas atividades da companhia e a preocupação com os acionistas minoritários.

Existem vários dispositivos na lei da sociedade anônima e na lei da CVM nº 6.385/76 que protegem os interesses dos acionistas. Se os ditames da lei forem descumpridos, o acionista poderá utilizar o judiciário para fazer com que os seus direitos sejam respeitados e evidentemente receber indenizações em razão de qualquer prejuízo que tenha sofrido.

Os conflitos surgidos recentemente entre acionista minoritário e acionista controlador vêm trazendo insegurança aos investidores, que acabam deixando de investir no mercado de ações.

O caso da OGX Petróleo e Gás Participações S.A, que acabou fazendo com que o acionista controlador fosse indiciado pelos crimes previstos nos artigos 27C e 27D da Lei nº 6.385/76 em razão do PUT (opção de compra de ações) prometido por Eike Batista no dia 24 de outubro de 2013, que iria possibilitar a entrada de um aporte financeiro no valor de US\$ 1 bilhão na petrolífera por meio da compra de ações, ocorre que havia uma cláusula contratual que previa que caso houvesse mudança de plano de negócios o PUT não seria realizado. Na data da realização do negócio, o acionista controlador deixa de cumprir com o acordo, afirmando que o plano de negócios havia sido mudado. Na investigação do MPF, ficou provado que Eike, ao prometer o PUT, em 24 de setembro de 2012 ao grupo X, já sabia da inviabilidade da exploração da Bacia de Campos.

Outro caso que também contribuiu para insegurança do mercado foi o de dois executivos da Sadia, que foram indiciados no art. 27D da CVM e que tiveram suas penas de prisão aumentadas por lucrarem no mercado de capitais norte-americano valendo-se de informações privilegiadas (*insider trading*), que

detinham sobre a oferta hostil da Sadia pela Perdigão. Trata-se do primeiro caso de *insider* levado ao Judiciário brasileiro. Por unanimidade, a 5ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF-3) deu parcial provimento à apelação da Procuradoria Regional da República da 3ª Região (PRR-3) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aumentando as penas de prisão de Luiz Gonzaga Murat Filho, ex-diretor de Finanças e Relações com Investidores da Sadia, para dois anos, seis meses e dez dias, e de Romano Ancelmo Fontana Filho, ex-membro do Conselho de Administração da empresa, para dois anos e um mês. O Tribunal também fixou dano moral coletivo de R\$ 254 mil para Murat e de R\$ 303 mil para Fontana, mantendo as multas de R\$ 349 mil e R\$ 374 mil pelas práticas do crime de *insider*.⁷

Nos dois casos citados houve punição para os dirigentes das Companhia, pois forão indiciados pelo Ministério Público Federal, de acordo o art. 12 da Lei nº 6.385/76⁸.

Temos também diversas jurisprudências que mostram que os próprios acionistas entram na justiça buscando o ressarcimento dos seus prejuízos em razão de ilícitos praticados por acionista controlador.

Podemos citar as jurisprudências abaixo:

Apelação Civil TRF-1 – nº AC 16352 MG 91.01.16352-3 (TRF-1):

Ementa: AQUISIÇÃO DE CONTROLE ACIONÁRIO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - ACIONISTA MINORITÁRIO - AÇÕES PREFERENCIAIS - OFERTA PÚBLICA - SUJEIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - INDENIZAÇÃO - DESCABIMENTO. 1. Os então vigentes artigos 254 e 255, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 6.404 /76, outorgavam aos acionistas minoritários tratamento igualitário na alienação do controle de companhia aberta. Tal concessão legal tinha como destinatários exclusivos os acionistas que possuíam poder de voto (detentores de ações ordinárias), pois o controle da sociedade somente se exerce através de órgão deliberativo ou colegiado onde maioria e minoria podem ter assento. Por isso, para esse fim, não se inclui como acionista minoritário aquele possuidor de apenas ações preferenciais sem direito a voto. 2. A oferta pública para compra de ações objetivando o controle da sociedade anônima é dirigida aos titulares de ações ordinárias (artigo 256, parágrafo 2º, da Lei nº 6.404 /76), daí que os detentores de ações preferenciais não possuem direito de ter suas ações adquiridas pelo valor da oferta pública e, portanto, nenhuma indenização lhes cabe. 3. Apelação

⁷ Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/infos/Comunicado04022013.asp>>. Acesso em: 27 set. 2014.

⁸ Art. 12 - Quando o inquérito, instaurado de acordo com o § 2º do art. 9º, concluir pela ocorrência de crime de ação pública, a Comissão de Valores Mobiliários oficiará ao Ministério Público, para a propositura da ação penal.

do estabelecimento bancário provida e parcialmente a do Banco Central do Brasil. Desprovido o recurso dos autores.⁹
 STJ - RECURSO ESPECIAL REsp 600784 RS 2003/0188048-6 (STJ)
 Ementa: RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COLETIVA CONSUMERISTA. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. PRETENSÃO À RETRIBUIÇÃO ACIONÁRIA. RELAÇÃO DE CONSUMO CONFIGURADA. DEMANDA JURIDICAMENTE POSSÍVEL. APLICAÇÃO DO CDC. Acionistas minoritários da Brasil Telecom, adquirentes em condomínio de assinaturas telefônicas, buscam a devida retribuição em ações da Companhia, além da indenização do valor equivalente às ações songadas, acrescido de danos emergentes e lucros cessantes. - Esta Corte entende que o Código de Defesa do Consumidor incide na relação jurídica posta a exame, porquanto, não basta que o consumidor esteja rotulado de sócio e formalmente anexado a uma Sociedade Anônima para que seja afastado o vínculo de consumo. Além da presença de interesse coletivo existe, na hipótese, a prestação de serviços consistente na administração de recursos de terceiros, a evidenciar a relação de consumo encoberta pela relação societária. Recurso Especial conhecido e provido.

A prática da governança corporativa de forma eficaz pode evitar os conflitos entre os acionistas minoritários e o acionista controlador, porém se não for possível, o mercado pode contar com sua fiscalizadora Comissão de Valores Mobiliários que não se omitirá em punir aqueles que buscam praticar ilícitos dentro do mercado de capitais.

5.2 O Respeito e a responsabilidade com os trabalhadores da companhia

No atual perfil de atividade de empresa não podemos mais admitir práticas que resultem na falta de respeito aos direitos dos trabalhadores, que em visão mais moderna são chamados de colaboradores.

A demissão de trabalhadores sob a alegação de que eles não possuem grau de escolaridade suficiente não é uma justa causa, uma vez que diversas empresas costumam custear os estudos de graduação e pós-graduação para os seus empregados.

A política de investimento de custear estudos para os colaboradores da empresa traz benefícios para ambos, para o trabalhador a oportunidade de se aperfeiçoar e crescer dentro da própria empresa, para a empresa, um empregado

⁹ Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca>>. Acesso em: 27 set. 2014.

mais aprimorado dentro do mercado de trabalho e consequentemente mais dedicado aos interesses da instituição.

Não existe a necessidade de preocupação para os empregadores se o valor destinado para custear os estudos do empregado será integrado ao salário, pois a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em seu artigo 458, dispõe que os valores destinados para educação e para auxiliar a educação em seu estabelecimento ou de terceiros não serão integrados aos salários, além de proporcionar para a empresa um incentivo fiscal.

As demissões de funcionários dependentes químicos também pode ser evitada, tendo em vista que a dependência química é considerada uma doença, sendo assim o empregado pode ser encaminhado para perícia médica junto ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) para concessão de auxílio-doença e posterior tratamento. O Código Civil, em seu artigo 4º, inciso II, mostra que os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido, são considerados relativamente incapazes.

Atualmente existem empresas que adotam uma política de recursos humanos voltada à valorização de sua principal força, as pessoas, e mantêm programas e políticas sociais que visam à preservação, defesa e ampliação dos direitos humanos e da justiça social.

A empresa que adota uma política social voltada a garantir aos empregados um bem estar - social, evidentemente poderá contar com pessoas exercendo de forma mais satisfatória e equilibrada as suas atividades, esta satisfação no trabalho vai se refletir em uma maior qualidade no desempenho de suas funções e certamente fará com a empresa tenha resultados mais satisfatórios em sua lucratividade.

5.3 Interesse social com a comunidade

As empresas são os agentes principais do desenvolvimento econômico do país, seus avanços tecnológicos e a geração de recursos fazem com que cada vez mais necessitem de ações cooperativas e integradas com objetivo de desenvolver a Política ambiental e a Responsabilidade Social.

As empresas que adotaram a prática da governança corporativa, possuem a postura ética de respeitar a comunidade acabam sendo um diferencial dentro

do mercado de capitais. O reconhecimento destes fatores pelos investidores faz com que elas alcancem maiores níveis de sucesso.

A responsabilidade empresarial frente ao meio ambiente é centrada na análise de como as empresas interagem com o meio em que habitam e praticam suas atividades sem trazer malefícios para comunidade.

As Companhias vêm adotando algumas ações com a finalidade de preservar o meio ambiente como, por exemplo: exploração de recursos vegetais de floresta de forma controlada, garantindo o replantio quando necessário; preservação total de áreas verdes não destinadas à exploração econômica; exploração dos recursos minerais de forma controlada, racionalizada e com planejamento, uso de fontes de energias limpas e renováveis a fim de diminuir o consumo de combustíveis fósseis, consequentemente a poluição do ar; ações que visem ao incentivo e à produção de alimentos orgânicos etc.

Algumas empresas adotaram a prática de reciclagem, a qual gera renda e diminui a quantidade de lixo jogada no meio ambiente. Podemos citar também o marketing verde, que é uma estratégia utilizada pela empresa em associar a sua marca a uma atividade ecologicamente correta.

Existem alguns critérios que classificam os processos empresariais como ecologicamente corretos: o uso de componentes sustentáveis; reciclados ou recicláveis; o uso de matérias-primas sustentáveis; recicladas, reutilizadas, orgânicas, extrativistas cultiváveis ou que não causam danos ao meio ambiente.

A função social e ambiental do seguimento empresarial é cumprida quando em sua gestão é utilizada tecnologia limpa, matéria-prima sustentável e gestão de resíduos, a fim de que haja uma harmonia entre economia e meio ambiente.

A prática da governança corporativa pelas empresas impede que atividade empresarial cause danos ao meio ambiente, como foi o caso da contaminação no Recanto dos Pássaros, em Paulínia/SP, causado pela Shell na produção de agrotóxicos. Durante o período entre 1975 e 1993 a empresa contaminou o lençol freático nas proximidades do rio Atibaia, um importante manancial da região.

Outro recente caso que podemos citar é a poluição provocada pela Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), pertencente à alemã ThyssenKrupp,

está atacando o meio ambiente, a saúde e o bolso da população que vive nos arredores da empresa, em Santa Cruz, Zona Oeste do Rio de Janeiro.

De que maneira a comunidade pode obter a reparação dos danos causados pela atividade de empresa? A lei nº 7.347/85, que regula a ação civil pública em seu art. 5º, atribui legitimidade para a propositura da ação ao Ministério Público, a Defensoria Pública; a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista; a associação que, concomitantemente esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil.

No citado caso de Paulínia em dezembro de 2001, a Justiça da Cidade determinou que a Shell removesse os moradores de 66 chácaras do Recanto dos Pássaros. Ela também deveria garantir os tratamentos médicos necessários. A empresa, juntamente com a Cetesb, também é alvo de uma ação civil pública movida pela Prefeitura de Paulínia, Ministério Público e pela associação dos moradores do bairro¹⁰.

No caso da Companhia Siderúrgica do Atlântico até agora houve apenas a aplicação de duas multas pelo Ministério Público. Os valores referentes às multas foram convertidas em obras feitas na comunidade.

6 CONCLUSÃO

A Lei nº 6.404/76, ao determinar a prática da governança corporativa pelo parágrafo único, do art. 116, busca determinar que o acionista controlador, além de fazer com que a companhia pratique o seu objeto social, cumpra também com sua função social tenha responsabilidade com os acionistas minoritários, os trabalhadores e a comunidade.

A boa prática da governança corporativa pelas companhias brasileiras causa reflexo no valor de suas ações dentro do mercado de capitais, os investidores confiam mais em adquirir ações de sociedades que a praticam.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.quimicosunificados.com.br/899/a-contaminacao-no-recanto-dos-passaros-em-pauliniasp>>. Acesso em: 28 set. 2014.

REFERÊNCIAS

BORBA, José Eduardo Tavares. **Direito societário**. 11. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

PAPINI, Roberto. **Sociedade anônima e o mercado de valores mobiliários**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Jurídica, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Governança Que Cria Valor: Um Processo Em Evolução**. Disponível em <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 20 set. 2014

WALD, Arnold. O governo das empresas. **Revista de Direito Bancário, do Mercado de Capitais e da Arbitragem**, São Paulo, n. 15, p. 15-38, 2007.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIO. **Governança Corporativa**. 2008. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/infos/Comunicado04022013.asp>>. Acesso em: 27 set. 2014